

Na pauta, o fim da moratória

O Brasil inicia hoje o longo caminho de entendimento com os credores para renegociação da dívida externa e a conseqüente suspensão da moratória brasileira. A estratégia para o começo das conversações foi acertada ontem num almoço, no Palácio da Alvorada, do presidente José Sarney com o Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o Assessor do Ministério da Fazenda para Assuntos da Dívida Externas, Fernão Bracher.

O Brasil vai continuar insistindo na negociação política da dívida, vai tentar prazos superiores a 20 anos para o pagamento da dívida, carência acima de 5 anos, empréstimos novos da ordem de US\$ 7,2 bilhões, e evitar que a transferência líquida de recursos para o exterior seja superior a 2,5 por cento do PIB anual, além de se recusar a iniciar qualquer conversação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes de concluir a negociação com os credores privados.

Além dessas definições, Bresser deverá abrir um leque de alternativas para o ressarcimento da dívida pelo Brasil, entre os quais a da conversão de parte do débito em

investimentos no Brasil, seja diretamente em empresas, principalmente voltadas para a exportação, ou através das bolsas de valores. Com relação à conversão, Bresser leva, entretanto, apenas as linhas gerais da questão, já que a alternativa está passando também por um estudo da Consultoria Geral da República.

Relatório Marcílio

O começo das negociações foi precedido ainda de um relatório do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, num encontro, conjunto, com o Presidente Sarney e o Ministro Bresser Pereira.

Marcílio informou que os banqueiros estavam irritados com o Brasil, e alguns chegam a se mostrar inflexíveis, em relação às condições brasileiras, mas, de uma maneira geral, entende que o reinício das negociações está sendo esperado com um certo grau de boa vontade.

Os banqueiros estão apreensivos com a possibilidade de não conseguir um entendimento até o dia 20 de outubro, quando terão de lançar como prejuízo os serviços não pagos pelo Brasil e, em conseqüência, aumentar suas reservas.